

*Chris Weedon, Feminism, Theory and the Politics of Difference*, Blackwell Publishers, 1999, 220 páginas.

O livro de Chris Weedon apresenta-nos as influências teóricas, os debates políticos e os movimentos de contestação, no seio do próprio movimento social e intelectual, que fizeram d'*a diferença* uma questão central na teoria feminista, substituindo progressivamente o discurso exclusivo das categorias das mulheres, dos homens, ou da estrita relação entre ambas, assente no pressuposto da sua homogeneidade interna. Neste caminhar da questão da diferença para o centro do debate, que acompanhamos ao longo do livro, a diferença entre sexos é um, mas não o único, efeito das relações de poder que marcam os processos de produção de diferenças entre pessoas: «In contemporary capitalist societies power is central to the production of difference as both oppressive and hierarchical» (prefácio).

Após um capítulo introdutório («The question of difference») que situa a emergência do pensamento feminista como resposta à diferença de género que os discursos político, filosófico e científico da modernidade construíram e que define as linhas gerais das diversas formas que essa resposta assumiu, os capítulos seguintes analisam mais pormenorizadamente os quadros políticos e teóricos que contribuíram, por um lado, para a diversidade do pensamento fe-

minista e, por outro lado, para a convergência teórica em torno da questão da diferença. Assim, o capítulo 2 («Challenging patriarchy, decentring heterosexuality: radical and revolutionary feminisms») salienta o importante contributo da corrente radical dos anos 70 para o feminismo contemporâneo, ao enfatizar as questões do corpo, da reprodução e da sexualidade na reflexão sobre a diferença, e dá conta do debate suscitado por esta corrente, nomeadamente em torno da celebração do corpo e da experiência feminina imanente dele, vista como homogénea e exclusiva, e da restrição do conceito de patriarcado à família e à heterossexualidade. O capítulo 3 («Lesbian difference, feminism and queer theory») aborda o movimento de contestação à corrente anterior, protagonizado pelas feministas lésbicas, a partir da sexologia, e a evolução desta reflexão para o controverso biologismo da *queer theory*. O capítulo 4 («Psychoanalysis and difference») trata das interpretações e apropriações da psicanálise freudiana e lacaniana pelo feminismo. Neste capítulo, que acompanha uma trajectória reflexiva onde a psicanálise ocupa um lugar de destaque na teorização da diferença sexual e das subjectividades de género, destaca-se o contributo das feministas francesas, como Julia Kristeva e Luce Irigaray, sem esquecer os de feministas americanas tão diferentes como Nancy Chodorow ou Judith Butler. Alguns dos temas e limites das correntes teóricas feminis-

tas assinalados nos capítulos anteriores são retomados no capítulo 5 («The production and subversion of gender: postmodern approaches»), que se ocupa da questão da diferença nas teorias feministas pós-moderna e pós-estruturalista. Como mostra a autora, é neste quadro de pensamento que tanto as grandes teorias sobre a opressão das mulheres do feminismo radical como as metarranativas sobre o progresso e desenvolvimento do feminismo liberal se tornam questionáveis, se produz a eclosão da categoria mulher, ou mesmo do género, enquanto mero prolongamento dessa categoria, e se põe em causa a autenticidade de uma subjectividade feminina. Neste contexto, a questão do poder material e das relações de opressão torna-se central na reacção do feminismo radical ao feminismo pós-moderno, uma vez que a deslocação do poder das relações sociais para a linguagem e o discurso, seguindo Foucault, ameaça desmaterializar e relativizar a opressão das mulheres.

Os capítulos seguintes abordam outros contributos para a complexidade das diferenças de género, como o debate em torno da questão de classe no feminismo marxista e socialista no capítulo 6 («Class»), onde a origem da ideia de *feminist standpoint theory* é situada na aplicação do conceito de classe, enquanto consciência colectiva e movimento político, às mulheres (pp. 136-137) e se discute a importância de que se revestiu a articulação entre capitalismo e patriarcado nos

anos 70, nomeadamente para a análise do trabalho feminino na esfera privada. As críticas ao racismo e etnocentrismo do feminismo americano da segunda vaga e as suas consequências teóricas e políticas são abordadas no capítulo 7 («Race, racism and the problem of whiteness»). Foi no seio deste debate que surgiu a questão da política da identidade (p. 168), cuja limitação reside numa definição de identidade baseada em comunidade de interesses, frequentemente presente nas polémicas em torno das acções positivas.

O último capítulo, como diz a autora no prefácio, «attempts to place Western feminism in a broader global context, taking account of debates in Third World and postcolonial feminist theory». Na medida em que este capítulo constitui mais um prolongamento para a actualidade do debate abordado no capítulo anterior do que propriamente um capítulo conclusivo, isso faz com que o fim da leitura do livro dê lugar à frustração pela ausência de um esforço de síntese.

Verifica-se, de facto, algum desequilíbrio, ao longo do livro, nesse esforço. Enquanto os capítulos 4 e 6 têm uma conclusão e o capítulo 5 encerra com um resumo dos argumentos em confronto, tentando ultrapassá-los, o mesmo esforço não está presente nos outros capítulos. Isto não impede, no entanto, uma clara articulação entre todos os capítulos e um retomar constante das ideias que vão ficando para trás ao longo do livro, o que imprime uma grande con-

sistência ao texto. A inclusão das notas e da bibliografia no fim, assim como de um índice remissivo de temas e autores, tão frequente nas edições em língua inglesa e, lamentavelmente, tão raro nas edições francesas e portuguesas, confere-lhe ainda uma qualidade pedagógica, ao facilitar tanto a leitura continuada como a simples consulta.

Lamenta-se apenas a ausência da reflexão feminista francesa, à excepção das autoras referidas no capítulo 4, cujas obras estão editadas em inglês, muito particularmente a questão da paridade. Nascido na esfera partidária, e tendo-se deslocado posteriormente para o debate teórico sobre a diferença, o movimento pela democracia paritária merecia um destaque semelhante ao que é concedido às formas de contestação abordadas nos últimos capítulos. Registam-se outras lacunas da sociologia feminista francesa, que anteciparam no tempo algumas das críticas que aqui surgem apenas na década de 90, ligadas ao feminismo pós-moderno de língua inglesa.

Apesar destas limitações, que resultam do império da língua sobre as ideias, o esforço de contextualização dos conceitos, das teorias e dos debates apresentados neste livro faz dele uma obra de referência para o estudo e análise do pensamento feminista, marcado por um contexto histórico e social particular, e revela a potencialidade desta reflexão muito para além do objecto da diferença entre sexos, que constituiu o seu

ponto de partida, como se verifica na seguinte citação: [...] we can use categories such as 'gender', 'race' and 'class' in social and cultural analysis but on the assumption that their meaning is plural, historically and socially specific. The effects of using such categories will depend both on how they are defined and on the social context in which they are used» (p. 130).

LÍGIA AMÂNCIO

*Françoise Battagliola, Histoire du travail des femmes*, Paris, Éditions La Découverte, 2000, 123 páginas.

O presente coloca sempre questões para a história, não por ela ter a resposta, mas porque pode, pelo menos, fornecer instrumentos de compreensão. Actual, em França ou em Portugal, a questão da representação e da participação das mulheres em todos os níveis de poder tem uma acuidade especial. Segundo o inquérito ao emprego em França de 1998, a população activa feminina ronda os 44,3% (73% para as mulheres de 25 a 49 anos; homens 82%; 75% mulheres casadas, mães de dois filhos). O investimento das mulheres francesas no trabalho, em particular nas profissões superiores (35,3% nas profissões liberais; 31,9% quadros do funcionalismo público; 51,4% professoras e profis-